

Concepções de Infância e de Educação Infantil presentes no PNLD 2022

Conceptions of Childhood and Early Childhood Education present in the PNLD 2022

Concepciones de Infancia y de Educación Infantil presentes en el PNLD 2022

*Aliciane Hartwig Zarnott*¹  

*Maria Renata Alonso Mota*²  

*Ana do Carmo Goulart Gonçalves*³  

Resumo

Este artigo objetiva apresentar alguns resultados de uma pesquisa que teve como problemática investigar as concepções sobre infâncias e Educação Infantil que circulam nos Livros Didáticos para a Educação Infantil a partir do Edital do PNLD n. 02/2020. A pesquisa foi desenvolvida através de uma metodologia qualitativa documental, inspirada em Michel Foucault, especialmente no conceito de governo biopolítico, que foi utilizado como ferramenta analítica. O corpus analítico foi composto pela obra didática “Desafios Educação Infantil Pré-escola I”, volumes I e II, da Editora Moderna, e o enfoque recaiu sobre os manuais dos(as) professores(as). Os resultados apontaram a forte padronização nos livros didáticos e a limitação do protagonismo tanto dos(as) professores(as) quanto das crianças, reverberando nas concepções de Educação Infantil e produzindo efeitos na conduta do fazer docente.

Palavras-chave: PNLD; Concepções; Educação Infantil.

Abstract

This article aims to present some results of a research study that investigated the conceptions of childhood and Early Childhood Education that are present in the textbooks for Early Childhood Education according to the PNLD Notice n. 02/2020. The research was developed through a qualitative documentary methodology inspired by Michel Foucault, particularly the concept of biopolitical governance, which was used as an analytical tool. The analytical corpus was composed of the educational work “Desafios Educação Infantil Pré-escola I”, volumes I and II, published by Editora Moderna, focusing on the teachers’ manuals. The results pointed a strong standardization within textbooks and a limited space for the agency of both teachers and children, reverberating through prevailing conceptions of Early Childhood Education and shaping teachers’ professional practices.

Keywords: PNLD; Conceptions; Early Childhood Education.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar algunos resultados de una investigación que tuvo como problemática investigar las concepciones sobre infancias y Educación Infantil que circulan en los Libros Didáticos para la Educación Infantil a partir del Edicto del PNLD n. 02/2020. La investigación se desarrolló a través de una metodología cualitativa documental, inspirada en Michel Foucault, en especial el concepto de gobierno biopolítico, que se utilizó como herramienta analítica. El corpus analítico se compuso por la obra didáctica “Desafíos Educación Infantil Preescolar I”, volúmenes I y II de la Editorial

¹ Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS – Brasil.

² Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS – Brasil.

³ Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS – Brasil.

Moderna, y el enfoque recayó sobre los manuales de los(as) profesores(as). Los resultados apuntaron a una fuerte estandarización en los libros de texto y a una limitación del protagonismo tanto de los/as docentes como de los/as niños/as, reverberando en las concepciones de la Educación Infantil y produciendo efectos en la práctica docente.

Palabras clave: PNLD; Concepciones; Educación Infantil.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa cujo tema central são os livros didáticos destinados à Educação Infantil, veiculados pelo PNLD 2022. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)⁴ é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), compreendendo um conjunto de ações voltadas para “[...] avaliação, aquisição e distribuição de materiais didáticos e demais materiais de apoio à prática educativa para toda a rede pública de ensino do país” (Brasil, 2021). O programa é destinado às escolas públicas, às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Atualmente, os processos de seleção e compra dos livros vinculados ao PNLD acontecem por intermédio de editais, nos quais as editoras interessadas enviam os livros didáticos que, após passarem pela análise de especialistas definidos pela Secretaria de Educação Básica, passam a compor o Guia de Livros Didáticos, disponibilizado pelo FNDE em seu portal na internet, para que as escolas, gestores(as) e professores(as) realizem a escolha dos livros. Posteriormente, é disponibilizado em um site, o Guia Digital – PNLD, que orientará a escolha dos livros a serem adotados pelas escolas.

Dessa maneira, salientamos que o edital do PNLD que está embasando esta pesquisa é o Edital de Convocação n. 02/2020. É importante mencionar que cada edital do programa é voltado para um público específico da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e tem uma finalidade inerente, ou seja, os livros variam de acordo com a proposta do documento. Neste caso, o foco desta pesquisa recai sobre o PNLD 2022, destinado à Educação Infantil.

O referido edital é elaborado com base no art. 208, inc. VII, da Constituição Federal de 1988, na Lei n. 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Decreto n. 9.099/2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, na Resolução n. 12, de 07 de outubro de 2020, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, no Decreto n. 9.765/2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização – PNA, e na Resolução CNE/CP n. 2/2017, que institui e orienta a implantação da BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

Para melhor entendimento, ressaltamos que o documento utiliza o termo “objeto” para separar as categorias propostas no Edital. No caso da Educação Infantil, o Edital se destinava à aquisição de três objetos, a saber: Objeto 01 - Obras didáticas, destinadas às crianças, professores(as) e gestores(as) da Educação Infantil; Objeto 02 - Obras literárias, destinadas às crianças e professores(as) da Educação Infantil; e Objeto 03 - Obras

⁴ Para saber mais sobre o programa, acesse o site do Ministério da Educação - PNLD. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/pnld>. Acesso em: 20 abr. 2024.

pedagógicas de preparação para a alfabetização baseada em evidências, destinadas aos(as) professores(as) da Educação Infantil. Na pesquisa que apresentamos neste artigo, o material de análise foi o Objeto 01 do Edital n. 02/2020, sobretudo no Manual do(a) Professor(a) impresso das obras didáticas destinadas à Educação Infantil.

Assim, objetivamos analisar e problematizar as concepções sobre as infâncias e a Educação Infantil que são veiculadas e produzidas nos Livros Didáticos para a Educação Infantil aprovados pelo PNLD 2022. Nesse sentido, a abordagem metodológica da pesquisa foi de cunho qualitativo documental. Para Le Goff (2013, p. 496-497), “o documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [...]”. Para o autor, documentos são monumentos. Articulado a este entendimento, Le Goff (2013) destaca que os documentos foram se constituindo em determinado momento sócio-histórico, carregado de poder e de verdade, assim como os monumentos.

Em consonância com o pensamento do autor, percebemos que, ao questionar os documentos, é necessário reconhecer que eles são carregados de poder e de verdades que foram sendo constituídas em determinado tempo. Desta forma, os Livros Didáticos destinados às crianças da Educação Infantil – caracterizados como documentos – estão inseridos em determinada época histórica, política e social. Em conformidade com esta compreensão, Cellard (2012, p. 295), ao abordar a análise documental, expõe que “o documento constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador na área das ciências sociais”. O autor segue dizendo que o documento nos orienta na compreensão da reconstituição do passado e também como testemunho de atividades que aconteceram em determinados períodos históricos, bem como na atualidade.

Considerando que os Livros Didáticos para a Educação Infantil se configuram como documentos, optamos por delimitar alguns critérios⁵ no decorrer da metodologia de pesquisa para chegar à obra analisada, a saber: Desafios Educação Infantil: Pré-escola I, volumes I e II. Destacamos que analisamos dois Livros Didáticos, pois a coleção é destinada à Pré-escola I, a qual possui dois volumes, sendo eles: Volume I (destinado a crianças de 4 anos) e Volume II (destinado a crianças de 5 anos). Cabe ressaltar que apenas o Manual do(a) Professor(a) dessas obras⁶ integrou o *corpus* analítico.

Ainda no que diz respeito ao referencial teórico-analítico, é importante pontuar que o estudo foi desenvolvido por meio de aproximações com o pensamento de Michel Foucault, sendo que o conceito de governo biopolítico foi utilizado como ferramenta analítica. Veiga-Neto (2006), ao escrever sobre o governo, diz que:

⁵ Primeiramente, os critérios estabelecidos foram analisar as obras destinadas à etapa da pré-escola. Depois, optamos por trabalhar com os Livros que abrangem a pré-escola em um único volume, resultando em quatro obras. Posteriormente, realizamos um levantamento sobre o uso dos livros didáticos na Educação Infantil no sul do estado do Rio Grande do Sul. Deste levantamento, participaram 22 municípios, dos quais 10 responderam aos questionamentos sobre o uso dos livros, e destes, 05 relataram que não utilizavam. Após o levantamento, optamos por analisar a obra que mais aparecesse, compondo assim o *corpus* analítico desta pesquisa.

⁶ Tais obras podem ser acessadas, de forma livre e completa, no site da Editora Moderna. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/educacao-infantil/pre-escola-1/desafios>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Além de resultar de uma ação (de poder) de um/uns sobre o(os) outro(s), o governo, enquanto condução, pode resultar, também de uma ação de alguém sobre si mesmo, sobre aquilo que pensa e aquilo que faz. Seja sobre os outros, seja sobre si mesmo, tais ações acontecem graças a determinadas técnicas, em geral muito específicas e não refinadas. Quando se dão de uns sobre os outros. Foucault diz que tais técnicas são de dominação e de poder. Quando se dão de alguém sobre si mesmo, ele diz que se trata de técnicas de si [...] (Veiga-Neto, 2006, p. 23).

Assim, podemos perceber que o governo é uma ação de poder de uns sobre os outros, e tais ações são determinadas através de técnicas e estratégias. Por isso, “se compreendermos a educação como o conjunto de ações pelas quais uns conduzem os outros, logo compreendemos que ela ocupa lugar de honra nos estudos sobre governo” (Veiga-Neto, 2019, p. 53). Veiga-Neto (2019) afirma ainda que, quando se governa a infância, é com o objetivo de conduzi-la para determinados lugares, para determinadas posições e para determinadas formas de vida já partilhadas por aqueles que já estavam aí. Assim:

[...] o que se coloca em questão e é da maior importância não é apenas saber como isso está sendo feito, ou seja, de que maneiras se governa hoje a infância, mas sim para onde essas formas de governo estão levando. Conhecer os modos pelos quais as crianças estão sendo governadas tem tudo a ver com o tipo de sociedade futura que está hoje a ser gestada nas famílias, nas escolas e nos espaços sociais mais abertos (Veiga-Neto, 2019, p. 56).

Percebemos que esses materiais se configuram como uma forma de governo das infâncias e da prática pedagógica na Educação Infantil, tendo em vista que este está sendo compreendido neste estudo como “o modo como o poder se exerce e é exercido para administrar a conduta” (Bujes, 2002, 78). Sobre isso, Santaiana, Silva e Gonçalves (2021) ressaltam que:

Pode-se afirmar que, por meio de uma série de medidas legais, normativas e regulatórias, é possível tomar a Educação Infantil como campo de governo da população infantil. As evidências demonstram quando lhes são imputadas através de marcos legais como leis, decretos e estatutos, ações como políticas e programas que visam formar sujeitos à determinada sociedade (Santaiana; Silva; Gonçalves, 2021, p. 08).

Entendemos a Educação Infantil como um campo de governo, onde são engendradas leis, projetos e programas com o intuito de governar e regular a população infantil. Daí a importância de articularmos o conceito de governo à biopolítica. O conceito de biopolítica está intimamente ligado ao biopoder, que é compreendido como um poder sobre a vida individual e coletiva. Nas palavras de Lockmann (2013, p. 65), o conceito de biopoder, cunhado por Foucault, “trabalha com a lógica do indivíduo visto como parte de um todo, ou seja, enquanto conjunto de seres que possuem como característica comum e inafastável a todos, o fato de estarem vivos”. Então, pensando sobre o conceito de biopoder, podemos dizer que ele se dá “através de uma série de estruturas, de técnicas, de tecnologias cujo principal objetivo é diminuir os riscos sociais que as questões da população trazem [...]” (Lockmann, 2013, p. 65-66).

A biopolítica é uma das facetas do biopoder, já que também é uma manifestação do poder sobre a vida, mas sobre a vida coletiva. Desta forma, configura-se como técnicas e saberes que permitem governar a população, tornando-se uma forma de poder sobre o corpo social das populações. Ou seja, segundo Foucault (2020), o conceito de biopolítica é um conceito relacionado ao controle da população, é um poder que tem como alvo o coletivo, a massa populacional, “que serve como instrumento da governamentalidade e que, ao intentar gerir a vida dos indivíduos, vai encontrar na população seu objeto principal e, através de uma série de regulamentações via mecanismos políticos, governará a vida das pessoas” (Gonçalves, 2014, p. 65).

Desta forma, “com o advento da biopolítica e dos biopoderes, com efeito, já não se pode, pura e simplesmente, ‘deixar viver’; o novo imperativo é fazer com que as populações vivam sob determinadas condições, seguindo certas normas e regulamentações [...]” (Gadelha, 2012, p. 63). Com isso, o governo biopolítico atua na direção de fazer as populações viverem através de condições que ocasionam a regulamentação de práticas e condutas. Podemos dizer, então, que, por meio do exercício do poder, o uso dos Livros Didáticos na Educação Infantil se torna uma das possibilidades de governo biopolítico sobre as infâncias, uma vez que seu uso fomenta a condução das crianças, pois, segundo Gallo (2019, p. 333), “Foucault caracteriza a biopolítica como uma nova tática de exercício do poder”. Nas palavras de Bujes (2019, p. 265), “governar supõe zelar, antes de mais nada, pela manutenção da vida das crianças, mas também possibilitar que ela se torne útil social e economicamente”. Destacamos, em consonância com Bujes (2019), que, através do exercício do poder, o uso dos Livros Didáticos na Educação Infantil se torna uma das possibilidades de governo biopolítico sobre as infâncias, uma vez que seu uso fomenta a condução das crianças e das infâncias.

Políticas curriculares e o Livro Didático na Educação Infantil

Buscando discorrer sobre algumas políticas educacionais curriculares para a primeira etapa da Educação Básica, que têm como eixos norteadores do currículo as interações e as brincadeiras, conforme apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2009), faremos um breve recuo na história, buscando elementos marcantes que constituíram a primeira etapa da Educação Básica.

Assim sendo, pontuamos que “ao longo das décadas, a relação das infâncias com os processos educativos e de escolarização no Brasil, no que diz respeito às crianças menores de seis anos, passou por deslocamentos que estiveram associados a diferentes práticas de governo” (Mota; Silva, 2022, p. 178). Foi com o processo de redemocratização, “em meados da década de 1980, que uma série de deslocamentos vai ocorrendo, de forma a colocar a criança pequena como foco das políticas públicas no Brasil” (Mota; Silva, 2022, p. 178). As políticas públicas que foram sendo gestadas a partir de então, mas principalmente na década de 1990, passaram a ter como foco central a cidadania e os direitos. Gallo e Limongelli (2020) analisa esse contexto pós-ditadura militar

até o ano de 2016, articulando-o ao conceito de governamentalidade democrática. Conforme o autor:

A chamada Nova República, orientada pela Constituição Federal de 1988, ficou marcada pelos esforços de promover a transformação dos brasileiros em cidadãos, sujeitos de direito político pleno, partícipes ativos da vida política e social do país. Em suma, o Estado brasileiro passou a exercer uma governamentalidade especialmente centrada na prática democrática, isto é, tratava-se de constituir o indivíduo como cidadão, como sujeito de direitos, para que ele pudesse ser democraticamente governado e governar a si mesmo (Gallo; Limongelli, 2020, p. 10).

É nesse contexto que o discurso sobre os direitos das crianças e das infâncias ganha força e se materializa nas legislações. Na Constituição Federal Brasileira de 1988, estabelece-se como direito social das crianças e dever do Estado o atendimento em creches e pré-escolas (Brasil, 1988, art. 208, inc. IV). Com a Constituição, a educação se torna dever do Estado e as crianças têm o direito assegurado de frequentar a escola.

Outro marco político e histórico importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de 1990. Essa lei busca garantir e efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes, bem como os deveres da família, dos responsáveis e do Estado em relação a esses sujeitos. O ECA apresenta “uma notável luta por espaço e reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos, fazendo alusão aos processos de humanização, garantias de cuidados e institucionalizando órgãos como: Conselho Tutelar, Fundo Municipal e Conselhos Municipais” (Costa, 2006, p. 36).

Destacamos também outro importante marco para a consolidação da Educação Infantil como parte da Educação Básica, junto com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 1996, promulgada oito anos após a Constituição Federal. A LDB (1996), em consonância com os preceitos da Constituição Federal (1988) e do ECA (1990), reconhece o direito das crianças menores de 6 anos à educação e o dever do Estado para seu oferecimento, considerando a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Após a promulgação da LDB, em 1996, outros documentos, resoluções e normativas foram publicados com o intuito de proporcionar qualidade nas práticas pedagógicas (ou, por vezes, padronizar) e nas formas de atendimento às crianças e infâncias. Não pretendemos discorrer sobre todos esses documentos, mas problematizar que a produção deles é fruto tanto da expansão desta etapa educacional quanto da necessidade de controle dessa parcela da população (Bujes, 2002), levando-nos a refletir que as políticas curriculares para a Educação Infantil estão articuladas com as práticas de governo da infância.

Atualmente possuímos as DCNEI de 2009, um documento de caráter mandatório que orienta a formulação de políticas e traz subsídios para pensar o currículo, o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação do cotidiano da Educação Infantil. O documento deve orientar a construção/revisão do Projeto Político-Pedagógico e informar às famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que orientam esta etapa da Educação Básica. O documento expressa concepções que auxiliam o fazer docente, onde as práticas pedagógicas que compõem a

proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo as mais diversas experiências para as crianças. Assim, “as creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências” (Brasil, 2009, p. 04).

A Educação Infantil é uma etapa com especificidades próprias que deve acontecer em uma perspectiva de continuidade e não de submissão aos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que seus currículos trazem orientações diferenciadas, ainda que possam ser organizados a partir das concepções presentes nas instituições escolares. Em relação à alfabetização, ela deve ocorrer a partir dos anos iniciais do Ensino Fundamental, porém “no cenário atual, as demandas pela alfabetização precoce das crianças estão ocasionando um distanciamento do que legitimam as DCNEI” (Borges; Garcia, 2019, p. 03).

É importante dizer que não há uma linearidade na produção das políticas públicas e do currículo no que diz respeito à Educação Infantil, uma vez que a elaboração, divulgação e atuação dessas políticas estão implicadas em relações de poder. Nessa direção, podemos dizer que com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016, passamos a viver no Brasil novos direcionamentos políticos que estão implicados em novas formas de governo, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o PNLD.

O processo de discussão da BNCC teve início em 2015 e sua aprovação ocorreu em 2017. No que tange à Educação Infantil, problematizamos que a BNCC aprovada aposta em um currículo mínimo pautado em competências e habilidades, em detrimento das interações e brincadeiras, como preconizam as DCNEI. Este currículo, proveniente de um documento normativo e regulatório, contribui para ações educativas e pedagógicas que padronizam concepções atreladas às crianças e suas infâncias.

Sobre isso, Mota e Silva (2022, p. 180) pontuam que “estamos vivendo um deslocamento no Brasil no que diz respeito às formas de governo da população, que tem efeitos muito evidentes nas infâncias e em seus processos educativos e de escolarização”. Em consonância com esta afirmação, podemos dizer que a maioria das políticas e documentos que foram gestados no período compreendido entre 2016 e 2022 esteve implicada neste deslocamento no que diz respeito às formas de governo da população infantil, assumindo contornos neoliberais com um acento conservador. Este é o caso da BNCC que, ao ser aprovada, assumiu o papel central de articuladora de outras políticas e documentos, que foram aprovados no mesmo período em nível nacional.

Podemos perceber alguns indícios dessa articulação no Edital n. 01/2017 do PNLD, que era destinado ao manual do(a) professor(a) da Educação Infantil e ali continha a informação de que: “Não poderá ser inscrito livro direcionado à criança”. Sant Anna (2021, p. 96) indica que “por mais que o Livro Didático (manual do professor) tenha chegado às unidades de Educação Infantil, este material, num primeiro momento, não foi pensado para ser manuseado e utilizado pelas crianças, e sim pelo(a) professor(a), de modo a apoiar a sua prática educativa”. Corroborando com a autora, podemos pensar que, embora o programa fosse pensado na lógica de ser um manual para o(a) professor(a) e que não havia materiais destinados às crianças da Educação Infantil, já havia traços para publicações

futuras, ou seja, o Edital n. 01/2017 foi uma das condições de possibilidade que abriram portas para o Livro Didático se inserir na etapa da Educação Infantil.

Portanto, a BNCC se configura como uma política que abre espaço para a formulação de materiais destinados ao cotidiano da Educação Infantil, pois “diferentes políticas vêm sendo delineadas como eixo condutor a BNCC” (Mota; Silva, 2022, p. 183), onde são pensadas novas estratégias para difundir ainda mais o documento da base. É neste contexto que surge o PNLD 2022 e o Edital de convocação n. 02/2020, trazendo algo inédito para esta etapa da Educação Básica no contexto da educação pública: os Livros Didáticos destinados às crianças da Educação Infantil. Ou seja, podemos pontuar e problematizar que a BNCC e os Livros Didáticos estão engendrados em uma mesma racionalidade neoliberal.

Interessante destacar que a Educação Infantil é firmada pelas concepções expressas nas DCNEI (2009), enquanto os Livros Didáticos para a Educação Infantil vão se delineando na contramão dessas concepções. Percebemos que os Livros Didáticos destinados à Educação Infantil carregam consigo discursividades da BNCC, com campos de experiências e objetivos de aprendizagens, discursos estes presentes em todas as obras aprovadas no Edital n. 02/2020. No próprio edital de convocação, encontramos a informação explícita de que as obras “precisam proporcionar a base, em termos de desenvolvimento, para que as crianças alcancem seu potencial” (Brasil, 2022, p. 30). Com isso, podemos dizer que o desenvolvimento de competências e habilidades por meio de um currículo mínimo e prescritivo está presente na concepção não só da BNCC, mas também do Edital n. 02/2020. A partir desta lógica de desenvolvimento de competências e habilidades, “elegem-se algumas questões que passam a ser prioritárias e outras ficam de fora. No caso da Educação Infantil, os diferentes contextos, a diferença, as especificidades dos bebês e das crianças bem pequenas foram deixadas de lado” (Mota, 2019, p. 04).

Com a inserção dos Livros Didáticos para a Educação Infantil, o discurso da BNCC ganha força e é difundido em diversas escolas que (re)definem seus currículos, transformando-os em uma lista de objetivos e habilidades. Sobre isso, encontramos algumas pistas no Guia do Livro. Oliveira (2021, p. 70-71) aponta que “o texto da BNCC presente no Guia visa informar e convencer o docente da importância de seguir esta forma de pensar os processos de ensino e aprendizagem que pautam a Educação Infantil”. Assim, este documento se torna uma estratégia de governar a conduta do(a) professor(a) que atua nessa etapa da Educação Básica, para também conduzir as crianças e as infâncias.

Também percebemos que a inserção dos Livros Didáticos na Educação Infantil pode possibilitar o declínio de algumas concepções preconizadas nas DCNEI, como a da Educação Infantil como uma etapa de continuidade e não de preparação para o Ensino Fundamental. Sant Anna (2021) destaca que foram necessárias mais de duas décadas para desenvolver e promover “[...] uma nova concepção da função da Educação Infantil que superasse a lógica preparatória e/ou de guarda. Assim, a entrada deste material didático pode trazer à tona novamente a ideia de preparação para o Ensino Fundamental” (Sant Anna, 2021, p. 48-49). Observamos que tanto o edital quanto o guia digital deixam evidente o discurso de preparação. O guia aponta que:

O PNLD 2022 para creches e pré-escolas estabeleceu, pela primeira vez, critérios que visam auxiliar o desenvolvimento e a preparação das crianças para a alfabetização, para a aprendizagem da matemática e para o Ensino Fundamental. Estes critérios têm sustentação pedagógica, teórica e científica atualizadas e orientadas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, mais recentemente, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Brasil, 2022, Guia Digital do PNLD).

Neste contexto, questionamos: Que currículo é este que o PNLD 2022 propõe para as escolas das infâncias? Qual docência está sendo sugerida nos Livros Didáticos propostos para a Educação Infantil? Nesse sentido, dialogando com essa perspectiva, é importante pontuar que os Livros são tomados como artefatos culturais que reconfiguram os currículos das instituições de Educação Infantil e atuam diretamente na maneira como os sujeitos se constituem. Por exemplo, nesta pesquisa, foi possível problematizar que os Livros Didáticos atuam governando as infâncias, as crianças e os(as) professores(as) desta etapa da Educação Básica.

Concepções de infância e Educação Infantil presentes nos Livros Didáticos

Discorrendo sobre as concepções de infância e de Educação Infantil presentes nos Livros Didáticos analisados, evidenciamos e problematizamos: Que infância é encontrada? Quais as concepções de infância e de Educação Infantil que são veiculadas? Segundo Bujes (2002), discutir as noções correntes de infância “é perguntar, de saída, o quanto elas correspondem às infâncias que conhecemos. É nos questionarmos sobre os efeitos de tal modo de significar a infância nas práticas que historicamente organizamos para ela e naquelas hoje vigentes na sociedade” (Bujes, 2002, p. 21).

Nesta esteira, evidenciamos um fragmento encontrado na parte teórica dos Livros Didáticos que apresenta a obra. Assim, é descrito que:

Educar é preparar as crianças para viver os desafios, as incertezas e as conquistas do dia a dia sem comprometer a identidade e as curiosidades próprias da **infância**. Formar e formar-se são fenômenos interligados e interdependentes. Escola, professores, caminhos metodológicos, famílias e crianças fazem do espaço da Educação Infantil o berço de todas as potencialidades, de todas as possibilidades cognitivas, psíquicas, emocionais e sociais que **germinarão e se desenvolverão** para formar uma sociedade com cidadãos conscientes. (Desafios, 2020a, Manual do Professor, v. I, p. 01, grifo nosso).

Elencamos tal fragmento para refletir sobre uma das concepções de infância evidenciadas no material de análise: Educar é preparar as crianças. Assim como em outros momentos, podemos destacar que os livros tendem para uma visão de preparação. Ao longo das análises, percebemos que o foco está no investimento na criança, mas por meio de competências e habilidades, onde a criança é entendida como *capital infantil*. Entender a criança como capital infantil reflete na maneira como se investe na infância, pois investe-se na criança do presente com foco no futuro (Mota, 2019).

Quando utilizamos o termo *capital infantil*, corroboramos com Lockmann (2013), que o compreende como investimentos em capital humano com ênfase na criança. “São estratégias de investimento desenvolvidas, predominantemente no campo da Educação, e que têm o objetivo de produzir nos sujeitos infantis aprendizagens úteis para que possam ter uma vida futura [...]” (Lockmann, 2013, p. 140). Dialogando com o fragmento evidenciado no material, podemos perceber que a maneira como são abordadas as potencialidades da criança pode ser entendida como investimentos que vão oportunizar competências e habilidades que, segundo os Livros, germinarão e se desenvolverão para formar uma sociedade com cidadãos conscientes.

Podemos dizer que esses investimentos nos capitais humanos infantis podem ser compreendidos como estratégias da governamentalidade neoliberal, funcionando com o intuito de prevenir a constituição de um tipo de sujeito indesejável para o funcionamento da sociedade atual (Capilheira; Mota; Lockmann, 2021, p. 1134).

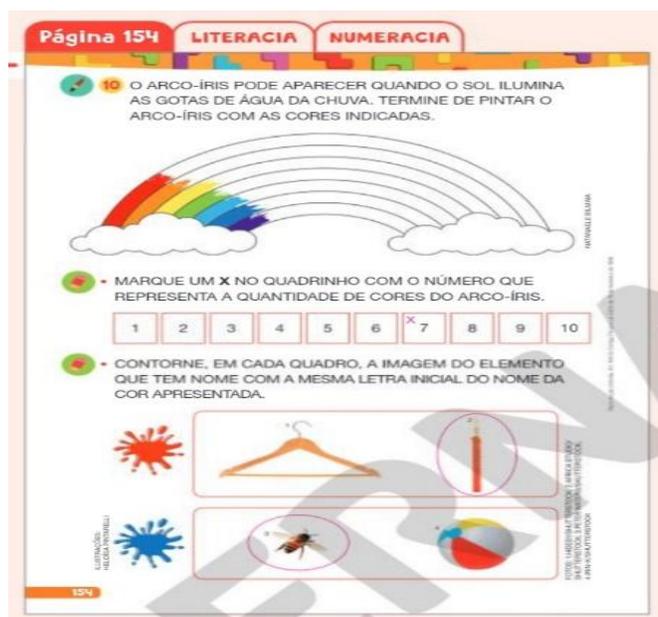
Em consonância, frisamos que a infância entendida nos Livros Didáticos analisados não dialoga com as concepções presentes nos documentos orientadores da Educação Infantil, como as DCNEI (2009), que apontam a criança como um sujeito histórico e de direitos, com o direito de viver a sua infância sem precisar ser preparada para nada. É perceptível que a infância veiculada no material analisado é pautada no futuro, desconsiderando a criança no presente. Sobre isso, Lockmann (2013) pontua que:

O foco dessas ações não se direciona para a criança ou para a infância, mas para os rendimentos futuros ou retornos econômicos que esses capitais-infantis produzirão para a sociedade. A infância, é o meio para atingir o retorno desses investimentos. Por isso, tais práticas não tomam apenas a infância como instância privilegiada para os investimentos em capital humano, mas, acima de tudo, pautam-se pela verdade do “quanto mais cedo melhor” (Lockmann, 2013, p. 145, grifo da autora).

Refletindo sobre o fragmento destacado acima – “quanto mais cedo, melhor” –, é possível relacioná-lo com os Livros analisados, onde percebemos que se pensa na criança como um sujeito que precisa de investimentos para se tornar um sujeito no futuro, dando retornos para a sociedade, o que configura uma estratégia de governo das infâncias.

Outro aspecto que gerou incômodo ao analisar as obras elencadas para esta pesquisa diz respeito à maneira como o material é organizado. Observamos que, ao longo das “atividades”, há uma limitação na forma como as crianças podem se expressar e criar. Cada atividade é conduzida por uma página do livro, e é necessário primeiro realizar a atividade da página 01 para depois prosseguir para a página 02, e assim sucessivamente. Na Figura 01 apresentamos uma das páginas destacadas do material analisado:

Figura 01. Página do Livro Desafios Educação Infantil



Fonte: Desafios, 2020a.

Ao observarmos a figura, podemos problematizar vários questionamentos que reverberam quando dialogamos com as DCNEI (2009) e compreendemos a criança como protagonista no cotidiano da Educação Infantil. Na página evidenciada, refletimos sobre os desenhos prontos, estereotipados, a pintura no lugar certo, com cores pré-estabelecidas e determinadas para aquele momento, marcar um X no quadradinho, etc. Por isso, questionamos: com tais atividades, onde fica o protagonismo da criança? E o protagonismo do(a) professor(a)? Podemos perceber que o Livro Didático orienta (e limita) a aprendizagem e as descobertas das crianças. Assim, ao analisar o material, surgem novos questionamentos: o que se deve “ensinar” na Educação Infantil? Pintar dentro dos limites estabelecidos por linhas e contornos? Utilizar as cores “certas” para colorir? Esperar o momento certo para realizar a atividade proposta pelo Livro?

É importante ressaltar que na Educação Infantil há objetivos que denotam intencionalidades para o cotidiano. Contudo, a maneira como isso vai ocorrer no dia a dia da escola deve ser sempre pensada e repensada, planejada e pesquisada através do interesse das crianças. Portanto, o protagonismo das crianças e dos(as) professores(as) deve ser um dos fios condutores da organização do currículo na Educação Infantil.

O planejamento é construído com as crianças, pois elas brincam, exploram, questionam, constroem conhecimentos e produzem projetos de pesquisa, tudo com base nas suas experiências cotidianas. A partir dessa compreensão acerca das crianças, será que a proposição dessas atividades nos Livros Didáticos não está minimizando ou desconsiderando seus saberes e suas possibilidades de experiência? Aqui, sinalizamos apenas uma das páginas para refletirmos sobre essas questões; contudo, ponderamos que os Livros analisados seguem a mesma sistematização em toda a obra. Todas as atividades

são padronizadas e pautadas neste mesmo modelo: pintura, escolha da cor certa, marcar, contornar, recortar, colar, circular, cobrir pontilhados até o final da linha, etc.

Essas problematizações mostram que o Livro Didático analisado também carrega consigo a concepção de infância baseada nos estágios de desenvolvimento, onde todas as crianças “devem” realizar as mesmas propostas ao mesmo tempo para serem consideradas “normais”. Se a criança não conseguir desenhar o “X” no lugar específico, ela já teria fugido dos padrões de desenvolvimento. Com atividades pautadas em tais estágios – pré-estabelecidos e padronizados – regulam-se as atividades e o currículo, e difundem-se maneiras determinadas de perceber as crianças e as infâncias. Assim, observamos que velhas práticas, que foram sendo desconstruídas no campo dos estudos da infância e da Educação Infantil, voltam a reverberar no cotidiano desta etapa da Educação Básica com o uso dos Livros Didáticos.

Verificamos que as atividades e propostas desenvolvidas nos Livros analisados não fomentam exploração, ou seja, não proporcionam outras experiências para as crianças. Um exemplo clássico é a atividade de traçar (de diferentes maneiras, com lápis, giz de cera, tinta, dedo ou bolinhas de papel crepom, mas com a mesma sistematização) o pontilhado ou o caminho até o final da linha, conforme expressa o compilado de páginas na Figura 02.

Figura 02. Atividades sistematizadas no livro



Fonte: Desafios, 2020a.

Nesta imagem optamos por realizar a junção de diferentes páginas de um dos Livros para refletir sobre a organização do material. A partir disso, fica evidente que, independentemente da localização das páginas, a ordenação e a lógica são as mesmas: repetição e padronização ao longo das páginas, ou seja, uma sistemática estabelecida. Sendo um padronizador das infâncias, os Livros Didáticos na Educação Infantil acarretam “uma governamentalização da aprendizagem no momento em que o sujeito torna-se capaz de governar a si mesmo a partir das aprendizagens que ele construiu” (Lockmann, 2013, p. 172). Segundo os Livros em questão, essas aprendizagens serão construídas com o

decorrer das atividades propostas pelas páginas; ou seja, se a criança realizar tal página, ela terá construído a aprendizagem proposta, para então passar para a próxima atividade, evidenciando um papel de submissão e não de protagonismo para a criança.

Outra concepção de infância evidenciada no material analisado é a concepção desenvolvimentista e padronizada. Nessa visão, o desenvolvimento das aprendizagens ocorre de forma sequencial. Para ilustrar isso, apresentamos a abordagem presente no livro analisado acerca da aprendizagem dos números. Cada página do livro corresponde a uma atividade: primeiro a criança aprende o número 1, depois o 2, depois o 3, e assim por diante. Reiteramos que a metodologia utilizada no livro para ensinar os números é sempre a mesma, mecânica e repetitiva.

Novamente percebemos uma concepção de criança pautada nos estágios de desenvolvimento. Ou seja, se o livro ensina e apresenta o número 1, na próxima atividade as crianças já estariam prontas, preparadas e “aptas” para aprender o número 2, deduzindo que todas as crianças vivem os mesmos processos, sem considerar suas especificidades e singularidades. Os números, como ilustrado aqui no exemplo, estão presentes no cotidiano da escola: na organização das brincadeiras, nos combinados, na hora do lanche, na higiene, no momento da entrada e saída, etc. Evidenciamos, então, que os Livros propõem uma infância que deve ser educada segundo um modelo estabelecido institucionalmente. Uma infância governada e engessada, desconsiderando o currículo vivo e vivido dentro da Educação Infantil. Desta forma:

[...] um dos questionamentos, referente ao uso do livro didático na educação infantil, é a inquietação se, o uso deste material irá eclipsar as ações das crianças no cotidiano das instituições, ações de descobertas, de encantamentos, de questionamentos, de experimentação e de vivências tão caras no processo de desenvolvimento humano (Sant Anna, 2021, p. 81).

A partir dessas problematizações, ressaltamos que não há necessidade de páginas que ensinem as crianças sobre os números, pois, na prática pedagógica, há diversas maneiras de introduzi-los nos ambientes escolares. Utilizar o Livro Didático na primeira etapa da Educação Básica implica na padronização e governamentalização das infâncias, produzindo, assim, sujeitos alunos na etapa da Educação Infantil.

A educação escolar, transformando a criança em aluno, configura-se como estratégia de governo que se articula ao modelo de sociedade que se instaura, de maneira que o indivíduo, a criança aluno, acaba sendo o instrumento e a própria condição para o trabalho do governo da população naquilo que se espera da infância em face da efetivação do projeto social encampado pela Modernidade (Resende, 2019, p. 134).

Dito isso, avançamos para outra discussão evidenciada: a preparação. O Livro do volume I prepara as crianças para o livro do volume II. No volume I, não há atividades com as letras propriamente ditas, mas encontramos a preparação para introduzi-las no volume II. Os processos vivenciados pelas crianças através dos Livros estabelecem controle e regulação sobre os processos de criação. Assim, destacamos que os Livros visam uma

concepção de infância em que as crianças vivam em uma cadeia de preparação, onde cada etapa e objetivo são propostos para prepará-las à etapa e o objetivo seguintes.

Nessa linha, inserida em um contexto de práticas preparatórias, a criança precisa estar “pronta para aprender” os conhecimentos de forma sequencial, preparada para o que vem a seguir. No volume II, encontramos uma proposta voltada para a alfabetização, evidenciando essa concepção para a etapa da Educação Infantil. Salientamos, portanto, que as compreensões e concepções de Educação Infantil presentes nos livros didáticos analisados refletem uma visão preparatória para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Etapa preparatória para o Ensino Fundamental – Embates já vencidos?

Como vimos, os Livros analisados carregam consigo uma concepção de Educação Infantil preparatória para os anos iniciais do Ensino Fundamental, ou mesmo uma educação voltada para a alfabetização das crianças antes de ingressarem no Ensino Fundamental. Isso é evidente tanto na parte teórica quanto nas atividades voltadas para as crianças no livro do estudante. Entendemos que tal concepção não dialoga com as DCNEI (2009) nem com outros documentos que orientam a prática pedagógica na Educação Infantil. Para refletir sobre essa questão, destacamos dois fragmentos da parte teórica de um dos livros.

Para iniciar nossa conversa, precisamos entender a função da Educação Infantil e, de forma mais pontual, a da pré-escola, **considerando também o caráter preparatório para a alfabetização**. Vale, ainda, atentarmos às especificidades do desenvolvimento e da formação social e humana das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos (Desafios, 2020a, Manual do Professor, v. I, p. 07, grifo nosso).

Na pré-escola, mais especificamente, **as crianças pequenas (de 4 a 5 anos e 11 meses) começam a ser preparadas para a alfabetização. Nesse sentido, a pré-escola pode ser entendida como uma etapa que instrumentaliza as crianças em relação ao processo de alfabetização** (Desafios, 2020a, Manual do Professor, v. I, p. 07, grifo nosso).

A partir dos excertos acima, percebe-se que os Livros analisados carregam uma concepção preparatória para a etapa posterior. Destacamos que a nomenclatura “preparar” aparece várias vezes, ressaltando que as crianças devem aprender a ler e escrever. Assim, podemos dizer da estreita relação que os Livros Didáticos possuem com o neoliberalismo e com a governamentalidade neoliberal, pois, segundo Saraiva e Veiga-Neto (2009):

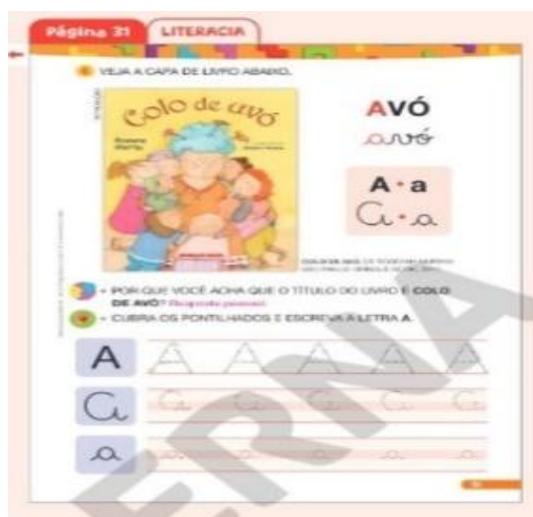
O princípio de inteligibilidade do neoliberalismo passa a ser a competição: a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico. Dessa, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso equivale a dizer que a própria liberdade transforma-se em mais um “objeto de consumo” (Saraiva; Veiga-Neto, 2009, p. 189).

A competição e o investimento cada vez mais cedo nas crianças com foco no futuro são algumas das questões que retratam um discurso neoliberal, apontando para uma concepção de Educação Infantil preparatória, pois “para o neoliberalismo há a necessidade

de um investimento na educação. Esse investimento, que precisa ser compreendido de forma ampla, deve ser feito desde a mais tenra idade” (Mota, 2019, p. 159).

Dando continuidade à discussão, destacamos abaixo uma ilustração (Figura 03) do volume II. Podemos perceber que, além de trabalhar com as letras, a obra já faz aderência ao uso de letras cursivas, o que causa estranhamento.

Figura 03. Página com letra cursiva



Fonte: Desafios, 2020b.

Assim como na sistematização dos números no volume I, quando o volume II aborda as letras, todas as páginas são iguais – uma página para cada letra –, consistindo em realizar uma cópia do modelo até o fim da linha, executando apenas o que é proposto na página, passando por cima dos pontilhados. Então, problematizamos: será que isso é significativo para as crianças? Nos livros, o aprendizado deve seguir uma linha tênue e padronizada, não abrindo brechas para as conquistas cotidianas das crianças, que proporcionam descobertas e novos conhecimentos.

Por isso, destacamos que a alfabetização na Educação Infantil se configura como investimento em *capital humano*, engendrada em uma governamentalidade neoliberal. Para Bujes (2019), “Michel Foucault, ao formular suas análises sobre o neoliberalismo no contexto de seus estudos sobre as ‘artes de governar’, apontou a Teoria do Capital Humano como um dos aspectos centrais dessa forma de racionalidade política” (Bujes, 2019, p. 271). Assim, recorremos a Foucault (2008b, p. 308). sobre seu entendimento por capital: “é tudo o que pode ser, de uma maneira ou de outra, uma fonte de renda futura”. Com a teoria do capital humano, percebemos que há uma estreita relação ao se compreender a Educação Infantil como preparatória para o Ensino Fundamental. Nas palavras de Carvalho (2014):

O investimento em capital humano infantil contemporaneamente é muito mais presente em nosso meio do que ousamos imaginar. O desenvolvimento da prontidão das crianças para a escola e para a vida não é apenas um slogan econômico, mas um imperativo que tem sido traduzido em políticas de escolarização contemporâneas (Carvalho, 2014, p. 15-16).

Entramos, então, na discussão sobre a alfabetização na Educação Infantil. Logo, percebemos que os livros, mesmo não cumprindo o papel de alfabetizar as crianças, induzem uma “pré-alfabetização”, inserindo dentro do cotidiano da Educação Infantil até mesmo as letras cursivas. É possível afirmar que ocorre um processo de alfabetização precoce com o uso dos livros didáticos. Com isso, refletimos que “a alfabetização na etapa da Educação Infantil se enquadra como investimentos em capital humano” (Porciuncula, 2016, p. 85).

Imbricada na racionalidade neoliberal, o uso do Livro Didático na Educação Infantil acarreta um apagamento das especificidades desta etapa da Educação Básica, visto que os eixos do currículo da Educação Infantil são as interações e as brincadeiras. Dessa maneira, pontuamos que “as interações não cabem em atividades que apenas têm roteiros de perguntas, elaboradas pelos adultos, que já esperam respostas determinadas e percorrem caminhos predefinidos” (Barbosa; Gobato; Boito, 2018, p. 08). As DCNEI (2009), que orientam a prática pedagógica na Educação Infantil, elencam em seu artigo 11º a articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental, descrevendo que:

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (Brasil, 2009, p. 05).

Enfatizamos que a Educação Infantil, segundo as DCNEI (2009), não é uma etapa preparatória para o Ensino Fundamental, tampouco deve haver uma “antecipação dos conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental”. Destacamos este fragmento pois contrasta com o que percebemos no material analítico desta pesquisa. Na obra analisada e nos demais livros didáticos para a Educação Infantil aprovados pelo Edital n. 02/2020, encontramos conteúdos que são trabalhados no Ensino Fundamental. Por exemplo, o alfabeto, as letras maiúsculas e minúsculas, letras bastão e, exaustivamente, as letras cursivas. Essa antecipação se caracteriza como uma preparação para o Ensino Fundamental, com base mecanicista e empobrecedora ao currículo da Educação Infantil.

Considerações Finais

Retomando a ideia inicial deste artigo, qual seja, apresentar alguns resultados de uma pesquisa que teve como problemática investigar as concepções sobre infâncias e Educação Infantil que circulam nos Livros Didáticos para a Educação Infantil a partir do Edital do PNLD n. 02/2020. Pontuamos que os resultados apontaram para algumas concepções de infância, sendo a de preparação da criança para o Ensino Fundamental e a da criança como capital humano as mais evidentes, reverberando nas concepções de Educação Infantil e produzindo efeitos na conduta do fazer docente.

Nesta esteira, com base nas análises, evidenciamos que os livros didáticos são fortemente marcados pela padronização, não abrindo caminhos para o protagonismo, tanto do docente quanto das crianças, uma vez que trazem “atividades” que reduzem a criatividade, o pensamento e a imaginação das crianças. As atividades propostas

descrevem todas as orientações e ações que as crianças devem realizar, caracterizando o(a) professor(a) apenas como aplicador(a), incidindo na condução, ou seja, no governamento das crianças e também do(a) docente.

Salientamos a percepção de que os Livros Didáticos carregam consigo uma concepção de preparação, onde a criança, após atingir e concluir os objetivos e aprendizagens dispostos, deve ser preparada para o que vem depois. No decorrer das páginas dos livros, podemos perceber a disposição dessa sistematização, onde tudo é organizado para a criança “progredir nos conteúdos”.

Nesse sentido, problematizamos as nomenclaturas e termos utilizados, desde os documentos que embasaram a confecção dos livros até o material que foi analisado, visto que isso pode levar a um apagamento das especificidades da etapa da Educação Infantil, que por vezes pode se tornar igualada com os mesmos entendimentos do Ensino Fundamental. Evidenciamos o quanto o material analisado apresenta uma visão conteudista e de caráter transmissivo, ou seja, não reconhecendo as inúmeras e diversas aprendizagens que compõem a etapa da Educação Infantil.

É importante retomar também que as obras analisadas carregam consigo princípios do neoliberalismo. Não só os livros didáticos, mas também outras políticas e programas vão se engendrando na racionalidade neoliberal por conta do cenário político que interpela o contexto brasileiro, pautadas no investimento em capital humano, no governamento de si mesmo, na competição e nas disputas.

Esperamos que esta pesquisa possa ser uma inspiração para questionar os materiais produzidos e veiculados para a primeira etapa da Educação Básica e problematizar seus discursos e concepções, os quais interferem no fazer docente e regulam a conduta das crianças e dos(as) professores(as) da Educação Infantil.

Referências

BARBOSA, M. C. S.; GOBBATO, C.; BOITO, C. As brincadeiras e as interações nos livros didáticos para educação infantil. *Acta Scientiarum. Education*, v. 40, n. 2, e31474, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i2.31474>. Acesso em: 21 maio 2024.

BORGES, J. D. G.; GARCIA, M. M. A. O livro didático para professoras de Educação Infantil: um artefato pedagógico da subjetivação docente. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Universidade Federal do Piauí, Teresina, Ano 24, n 43, set/dez. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. *Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. *Guia Digital do PNLD 2022: Obras didáticas e pedagógicas - Educação Infantil*. [2022]. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2022_didatico/inicio. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, 2009. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. *Programa Nacional do Livro e do Material Didático: Edital de convocação n. 02/2020*. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13526-edital-pnld-2022>. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. *Edital de Convocação 01/2017 – CGPLI*: Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, 2019. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70041-edital-pnld-2019-pdf/file>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. *Resolução n. 12, de 07 de outubro de 2020*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho Deliberativo, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-ndeg-12-de-07-de-outubro-de-2020/view>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)*. Publicado em 28 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. *Política Nacional de Alfabetização*: Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Alfabetização. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9.765-de-11-de-abril-de-2019-xxxx>. Acesso em 20 mar. 2024.

BUJES, M. I. E. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BUJES, M. I. E. Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais. In: RESENDE, H. (org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 123-145. (Coleção Estudos Foucaultianos).

CAPILHEIRA, C. D.; MOTA, M. R. A.; LOCKMANN, K. As políticas de Assistência Social à infância na governamentalidade neoliberal: estratégias de investimento em Capital Humano. *Zero-a-Seis*, v. 23, n. especial, p. 1132-1154, ago. 2021.

CARVALHO, R. S. A educação infantil como investimento em capital humano: governamentalidade e gestão de riscos como pauta da expertise econômica. In: *Anais do X Anped Sul*. Florianópolis, out. 2014. p. 1-12.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de A. C. A. Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

COSTA, A. C. G. A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente: uma trajetória de luta e trabalho. In: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA. *Juizado da Infância e da Juventude*. Porto Alegre, RS, 2006. p. 39-49.

DESAFIOS – Educação Infantil: manual do professor. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável: V. M. V. R. Bianco. 1. ed. Pré-escola I: volume I: crianças pequenas de 4 anos. São Paulo: Moderna, 2020a.

DESAFIOS – Educação Infantil: manual do professor. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável: V. M. V. R. Bianco. 1. ed. Pré-escola I: volume II: crianças pequenas de 5 anos. São Paulo: Moderna, 2020b.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-79)*. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

GADELHA, S. Biopolítica: no que isso interessa aos educadores? In: PULINO, L. H.; GADELHA, S. (org.). *Biopolítica, escola e resistência: infâncias para a formação de professores*. v. 1. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 45-63.

GALLO, S. O pequeno cidadão: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, H. (org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 67-88.

GALLO, S.; LIMONGELLI, R. M. “Infância maior”: linha de fuga ao governo democrático da infância. *Educação e Pesquisa*, v. 46, São Paulo, 2020. Seção Temática: Infância, Política e Educação. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/nRFqxr3fNkYyPCBkvGPQnK/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GONÇALVES, A. C. G. *A alfabetização na idade certa e a Educação Ambiental como práticas de governo: deslocamentos nas políticas públicas para os três primeiros anos do Ensino Fundamental*. 2014. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 7. ed. rev. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013. p. 485-498.

LOCKMANN, K. *A proliferação das políticas de assistência social da educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MOTA, M. R. A. A BNCC e a Educação Infantil: algumas provocações e um ponto de ancoragem. In: *Anais da 39ª Reunião da ANPED*. GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos, Niterói, 2019. p. 1-6.

MOTA, M. R. A.; SILVA, G. R. Infância e políticas públicas: diálogos com contribuições de Michel Foucault. In: FARIA, A. L. G.; BATISTA, E. P.; SILLER, R. R. (org.). *A aula como produção de conhecimentos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2022. p. 213-234.

OLIVEIRA, J. B. *O Programa Nacional do Livro do Professor da Educação Infantil: oralidade, leitura e escrita em destaque*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

PORCIUNCULA, E. M. *A infância impressa: o que dizem as revistas Nova Escola e Pátio sobre as crianças*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

RESENDE, H. *Michel Foucault: o governo da infância*. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Estudos Foucaultianos).

SANT ANNA, J. N. S. *PNLD Educação Infantil uma nova proposição curricular: análise dos Editais de Convocação n. 01/2017 e n. 02/2020*. Universidade da Região de Joinville, 2021.

SANTAIANA, R. S.; SILVA, V. C.; GONÇALVES, L. G. N. Governo da infância: uma análise da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil. *Zero-a-Seis*, v. 23, n. especial, p. 1183-1203, ago. 2021.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-201, maio/ago. 2009.

VEIGA-NETO, A. Na oficina de Foucault. In: GONDRA, J.; KOHAN, W. (org.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 79-91.

VEIGA-NETO, A. Por que governar a infância? In: RESENDE, H. (org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 199-215. (Coleção Estudos Foucaultianos).